

# GÊNERO, LINGUAGEM E LITERATURA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO FEMININO NO DISCURSO

## *GENDER, LANGUAGE AND LITERATURE: NOTES ON THE CONSTRUCTION OF THE FEMININE IN DISCOURSE*

Clarice Lima Borges Alves<sup>1</sup> (UFG)

Edna Silva Faria<sup>2</sup> (UFG)

**Resumo:** O presente trabalho pretende apresentar um panorama teórico e histórico sobre as relações entre gênero, linguagem e literatura, visando uma investigação de como o feminino foi construído no discurso, instrumento e efeito de poder (FOUCAULT, 1998), tanto corrente como literário, a partir de valores e parâmetros androcêntricos que o relegaram às margens constitutivas do sistema (hooks, 1989), e como mulheres contestam tal ideal representacional repressor pelo exercício da literatura. Para isso, foi adotada como via metodológica a revisão bibliográfica, fundamentando-se em trabalhos tanto linguísticos, com Gal (1989), Povinelli (2016) e Fontanille (2001), como referentes à crítica e teoria literária, com Telles (1992) e Santos e Amaral (1997), para a formação de um panorama teórico abrangente, que abarcasse as múltiplas dimensões desta problemática. Ademais, foram igualmente utilizados estudos sobre gênero, com Butler (2014) e Irigaray (2017), e sobre dinâmicas de poder, com hooks (1989), Foucault (1998) e Haraway (2009), para a compreensão da dimensão política do discurso. O trabalho identificou, como resultados, que o discurso, especialmente o literário, é capaz de solidificar, bem como dismantlar, imagens e imaginários coletivamente criados, sendo a escrita de autoria feminina situada como instância de resistência à tradição literária e ideológica ocidental.

**Palavras-chave:** Gênero. Linguagem. Literatura. Autoria feminina.

**Abstract:** *This paper intends to present a theoretical and historical overview of the relationships between gender, language and literature, aiming to investigate how the feminine has been constructed in discourse, and instrument and effect of power (FOUCAULT, 1998), both current and literary, based on androcentric values and parameters that have relegated it to the constitutive margins of the system (hooks, 1989), and how women challenge this repressive representational ideal through the exercise of literature. To this end, a bibliographic review was adopted as a methodological approach, based on linguistic works, such as Gal (1989), Povinelli (2016) and Fontanille (2001), as well as on literary criticism and theory, with Telles (1992) and Santos and Amaral (1997), in order to form a comprehensive theoretical framework that encompasses the multiple dimensions of this problematic. Furthermore, studies on gender, as Butler (2014) and Irigaray (2017), and on power dynamics, with hooks (1989), Foucault (1998) and Haraway (2009), were also used in order to understand the political dimension of discourse. The research identified, as results, that discourse, especially literary discourse, is capable of solidifying, as well as dismantling, collectively created images and imaginaries, with women's writing situated as an instance of resistance to the Western literary and ideological tradition.*

**Keywords:** Gender. Language. Literature. Women's writing.

### **Introdução**

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Foi bolsista de Iniciação Científica (Pibic/CNPq). E-mail: claricelimab@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: edna\_faria@ufg.br

A linguagem, como outras instâncias de poder, é uma ordem simbólica configurada pelo real, significando que as possibilidades do dizer são atravessadas e restritas por especificidades sócio-histórico-culturais, participantes da convencionalização e interpretação de suas formas, características e propriedades, tornando-a uma “técnica simbólica estratégica por meio da qual os indivíduos são designados a ordens sociais hegemônicas caracterizadas por gênero” (Povinelli, 2016, p. 217). A organização linguística, as trajetórias textuais e as situações comunicativas, por conseguinte, articulam-se constantemente em relação aos corpos situados, aos contextos institucionais e às organizações regulatórias em que estão inseridos, esquematizando as representações e as experiências dos sujeitos a partir das estruturas convencionalizadas dominantes, baseadas em dinâmicas de poder, tornando o campo linguístico um espaço tanto para a cristalização quanto para a contestação de valores e normas.

Nesse sentido, a literatura exerce um papel fundamental de manutenção ou disrupção de tal mecânica do poder, uma vez que o discurso é simultaneamente instrumento e efeito de poder, como também ponto de resistência de um viés oposto (Foucault, 1998). Dentro desse âmbito, a autoria feminina se torna um modo subversivo de escrita literária em razão de seu rompimento com as economias psíquicas e comportamentais dos sistemas de gênero e sua insubordinação aos cânones e convenções sociais e literárias que limitam as expressões corporais e discursivas femininas, subalternizadas nos sistemas materiais e simbólicos de valores androcêntricos ocidentais. A escrita por mulheres promove uma disrupção tanto no meio social quanto no literário ao propor a liberação sócio-existencial da *sujeita*, constituindo-se como um empreendimento revolucionário por negar os papéis pré-estabelecidos ao seu gênero em prol da afirmação de sua agência e de seu controle sobre seu discurso e representação, sua consciência e seus afetos, em um aparelho valorizado de linguagem, infringindo o silenciamento e a repressão históricas impostos sobre essa comunidade.

Este artigo pretende, portanto, delinear um panorama histórico e teórico sobre as relações entre gênero, linguagem e literatura, sublinhando as formas pelas quais a linguagem contribui para a manutenção de estruturas androcêntricas de poder, que mantêm as mulheres nas margens (hooks, 1989) da sociedade, bem como outras pelas quais ela é mobilizada como meio de contestação desses imaginários representacionais por vozes autorais femininas. Para isto, foi realizada uma revisão bibliográfica, com o uso de estudos sobre gênero, com Butler (2014) e Irigaray (2017), estudos linguísticos de orientação feminista, pragmáticos e semióticos, com

Povinelli (2016), Fontanille (2001) e Gal (1989), críticas relativas à autoria feminina, com Telles (1992) e Santos e Amaral (1997), e estudos sobre dinâmicas de poder e dos saberes, com hooks (1989), Haraway (2009) e Foucault (1988), com o objetivo de realizar um estudo amplo e compreensivo de como o feminino foi construído no discurso a partir de parâmetros masculinos e como mulheres resistem a suas diretrizes por meio da literatura. O trabalho se divide, portanto, em três momentos, o primeiro relativo à estruturação do gênero e de suas dinâmicas pela linguagem, seguido do exame da representação androcêntrica do feminino na literatura, e, por fim, da capacidade transformadora da escrita de autoria feminina.

### **A constituição e o desempenho de gênero pela linguagem**

A disposição dos sujeitos na arena social é, segundo Butler (2014), regida pela materialização discursiva dos corpos a partir de critérios reguladores de inteligibilidade que prescrevem gêneros e, devido a isso, definem uma organização hierárquica dos indivíduos corporificados no interior das ordens sociais hegemônicas, não em razão de uma essencialidade da matéria, mas pela atribuição de valores discursivo-culturais. A compreensibilidade e a legitimidade dos seres são determinadas por uma matriz de poder produtiva, constituída por parâmetros culturais valorativos que constroem, distinguem e demarcam corpos por meio da atribuição de diferenças materiais, semióticas, discursivas, dentre outras, transformando as materialidades corporais em fenômenos discursivo-materiais e estabelecendo relações estruturais de poder que distribuem recursos linguísticos, bens sociais e acesso a espaços institucionais de forma desigual. Essa economia dos corpos é mantida cotidianamente de forma hegemônica e generalizada pelo exercício do poder, “multiplicidade de correlações de força” (Foucault, 1988, p. 88), de articulação e conferência de marcas de diferença nas interações sociais, estruturadas e atravessadas por ideologias em disputa, possibilitando a produção e a manutenção de sistemas simbólicos de valor baseados em normas de dominação e exclusão.

No regime normativo de regulação desses espaços corporais, o gênero “é um campo de diferença estruturada e estruturante” (Haraway, 2009, p. 29), cristalizado ao longo do tempo de modo a produzir a aparência de classes naturais de ser por meio da inserção do corpo pessoal em um histórico de trajetórias discursivas que o precedem e que são baseadas em estruturas binárias pressupostas de identificação, a partir das quais os sujeitos são constituídos pela encarnação de “uma condição necessária para ‘ser’ socialmente e, ao mesmo tempo, a experiência de ‘ser’ bem antes desse treinamento” (Povinelli, 2016, p. 226). Os sujeitos são, assim, introduzidos aos campos sociais de interação e aos processos individuais de subjetivação, diferenciados e

designados em e por uma ordem cultural-discursiva na qual o corpo é ritualizado por processos de marcação social, passando a existir não como “elemento físico não-convencional, mas como elemento regulado pelas convenções ritualizadas nele inscritas” (Pinto, 2002, p. 106), compostas por recursos semióticos generificantes que traçam os limites do possível e do inteligível na arena do gênero em cada época.

Considerando a civilização ocidental, o masculino é historicamente afirmado como o gênero essencial, representante das existências sexualizadas inteligíveis a partir das quais as outras corporeidades e subjetividades se estabelecem e se determinam, sendo responsável por organizar a coletividade humana a partir de sua posição fixa, biologizada e reificada, que contém, ao redor, um conjunto de corpos complexos, contraditórios, estruturados e estruturantes (Haraway, 2009), impossibilitados de subjetivação e de plenamente acessarem as suas corporalidades, suas vozes, seus desejos, dentre outros, a não ser pela mediação prévia do discurso dominante, que interpela os corpos, os saberes e os discursos com a gramática das normas sociais e das configurações culturais que se posicionam como o “real” e naturalizam a simetria da relação entre corporeidades, subjetividades e poder. O feminino, por outro lado, é construído como uma materialidade ausente por seu distanciamento dos ideais masculinos sócio-existenciais e materiais de significação e de assimilação de humanidade, em uma construção cultural que define que “A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele” (Beauvoir, 2009, p. 3), sendo a sua identidade pensada a partir de parâmetros masculinos e, conseqüentemente, normatizada por um número de pré-definições, negações e exclusões, e disposta nas margens constitutivas do sistema, lugar de subordinação e opressão, mas também de ruptura transformadora.

A linguagem encerra papel primordial nesse processo de regulação e emanção do poder, tendo em vista que a dêixis do discurso é diretamente relacionada à experiência sensível da presença perceptiva, ou seja, ao corpo que se exprime e ao presente que orienta o seu dizer (Fontanille, 2011), mas também ao passado que formalizou a estrutura e as formas possíveis em dado sistema linguístico, garantindo a sua continuidade por meio dos sucessivos grupos de falantes. A linguagem, portanto, não é mero meio comunicacional neutro, porém conjunto significativo histórica e coletivamente construído, estruturada e estruturante dos sistemas sociais vigentes, inclusive o de gênero, em práticas sociais de interação que inserem os falantes em dinâmicas políticas e culturais que, por sua vez, orientam as possibilidades e os sentidos do dizer. Em função da natureza social da linguagem, afirma-se que ela compreende “a invariável

sistêmica social e as variáveis, também sociais, de realização, forjadas pelas determinações sócio-ideológicas” (Barros, 2001, p.4), e que, consequentemente,

práticas linguísticas não são simplesmente formas; elas transmitem definições culturais características da vida social, a qual, materializada nas divisões de trabalho e na estrutura das instituições, atende melhor os interesses de alguns grupos sobre outros. De fato, é em parte por meio dessas práticas linguísticas que os falantes dentro de instituições impõem sobre outros as percepções do seu grupo sobre eventos, indivíduos e ações. Essa habilidade de fazer com que outros aceitem e desempenhem uma representação de mundo é outro aspecto da dominação simbólica (Gal, 1989, p. 3, tradução minha)<sup>3</sup>.

A articulação entre as formações discursivas e as formações sócio-ideológicas é, logo, essencial para a compreensão dos mecanismos de realização e de produção do sentido e significado social no discurso, como também para a distribuição de espaços e locais de fala no interior de matrizes de poder patriarcais. A linguagem consolida-se como um elemento das tramas de poder vigentes, haja vista a orientação dos comportamentos e estruturas linguísticas por ideais culturais, fazendo com que, em uma cultura tradicionalmente regida pela centralidade do masculino em organizações culturais e ideológicas, a “estrutura patriarcal de privilégios e opressões inscrita também no discurso dominante” (Santos; Amaral, 1997, p. 8) atualize-se diariamente por sua inscrição contínua no aqui e no agora. Na mobilização das estruturas léxico-gramaticais, prosódicas e proxêmicas, são materializados aspectos das economias corporais de gênero, produzindo corpos discursivamente de forma incessante e preservando a marginalização de certas existências por meio da presença e da afirmação, no discurso, de valores e significados sociais hegemônicos, produtos das ideologias constitutivas da e constituídas na linguagem.

Tal dinâmica pode ser expressa em uma estrutura linguística conservadora, resultado das estruturas institucionais que garantiram o monopólio masculino histórico sobre os usos públicos e valorizados de linguagem e, por consequência, a regulamentação dos modos de representação e existência pela perspectiva masculina, configurando uma forma de dominação simbólica, uma vez que “a forma mais forte do poder pode muito bem ser a habilidade de definir a realidade social, de impor visões de mundo. Essas visões são inscritas na linguagem e realizadas na interação” (Gal, 1989, p. 26, tradução minha)<sup>4</sup>. Ademais, o silenciamento, exclusão ou rejeição de discursos oriundos das margens em contextos conversacionais públicos

<sup>3</sup> “linguistic practices are not simply forms; they deliver characteristic cultural definitions of social life, which, embodied in divisions of labor and the structure of institutions, serve the interests of some groups better than others. Indeed, it is part through such linguistic practices that speakers within institutions impose on others their group’s definition of events, people and actions. This ability to make others accept and enact one’s representation of the world is another aspect of symbolic domination” (Gal, 1989, p. 3).

e em espaços institucionais de poder por meio da distribuição desigual de autoridade sobre os discursos são formas ampliadas dessa dominação, que emana das interações cotidianas e instala situações implícitas de coerção e cumplicidade, nas quais mulheres são silenciadas mas também silenciam-se pela possibilidade de retaliação à sua fala. As relações de opressão operantes, por conseguinte, produzem uma realidade linguística parcial em seus valores, perspectivas e possibilidades, configurando o dizer como um espaço em que a desigualdade de gênero também é codificada e revelada.

O gênero, meio discursivo e cultural que produz a materialidade sexual dos corpos como natural e pré-discursiva, dessa forma, é um elemento imprescindível para a compreensão das dinâmicas sociais nas civilizações ocidentais, uma vez que elas utilizam a atribuição de diferenças discursivas e semióticas para a regulação dos limites da inteligibilidade humana e, consequentemente, para a distribuição desigual dos sujeitos na arena social do poder, tanto material quanto simbólico, marginalizando aqueles que não são identificados com as atribuições do falocentrismo. A linguagem, como constituinte e constituidora da realidade, não se caracteriza como um espaço político neutro nesse processo, mas interpela os corpos, demarcando e preservando os campos de diferença, bem como mantendo as relações hierárquicas, instituindo-se como um meio pelo qual o poder emana e concebe os indivíduos, uma vez que “as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes” (Foucault, 1988, p. 90). Nesse sentido, o gênero feminino, dentre outros abjetos, é afastado das esferas de autoridade discursiva e de legitimidade social também por meio da configuração linguística e das dimensões e determinações sociais do dizer, sendo inferiorizado em uma rede de poder que o precede e o subordina às normas sociais.

### **A construção e a representação do feminino na literatura**

Considerando que o campo linguístico-discursivo é tanto instrumento quanto efeito do poder, lugar de produção e manutenção de significados e de valores sociais, em uma matriz cultural ocidental marcada por diretrizes parciais e particularizantes de humanidade, a linguagem escrita e, em particular, a literatura, operaram como eficazes campos ideológicos, definindo, a partir da estrutura dominante, estruturas silenciadas e destituídas de poder social. A literatura, tendo em vista a sua capacidade de mediar a relação dos sujeitos com o mundo por

---

4 “power [...] strongest form may well be the ability to define social reality, to impose visions of the world. Such visions are inscribed in language and enacted in interaction” (Gal, 1989, p. 26).

meio da configuração discursiva de modelos culturais e ideológicos, refletiu e compôs, desde o início, as estruturas reguladoras culturais, sendo os códigos, ficções e figuras dela advindas estruturados por e estruturantes de imaginários e designações sociais, comportamentais, culturais, afetivas, dentre outros, reproduzindo, no plano artístico, as perspectivas e os interesses dos grupos que monopolizaram a sua produção.

Houve, então, a “construção de uma tradição literária dominante, centrada no sexo masculino” (Santos; Amaral, 1997, p. 11), a qual toma a palavra e a criação artística como primariamente masculinas e materializa corpos por meio de uma perspectiva discursiva limitada às demandas, prerrogativas e percepções situadas no centro da arena político-social, introduzindo, no produto artístico, restrições morais e representações culturais que respaldam a sua posição de autoridade frente às margens por meio da afirmação material e simbólica da desigualdade. O monopólio da linguagem literária conferiu aos autores, patriarcas estéticos, o poder discursivo de moldar representações dos gêneros e das relações entre eles em aparelhos valorizados de linguagem, não apenas referenciando corpos, porém construindo-os e manipulando-os na linguagem de acordo com os interesses do grupo dominante, contribuindo para a formação do código do dizível e do inteligível nas sociedades por meio da elaboração de imagens literárias e culturais que “não são neutras; são, ao contrário, um guia, um mapa para a realidade que nos ajuda a perceber ‘o mundo real’” (Telles, 1992, p. 53).

A tradição estética ocidental demarcou, no campo social, valores e existências adequadas e inteligíveis por meio da padronização de discursos, atos, corpos, paixões, nas poéticas e narrativas, promovendo certas ficções e contratos a serem reiterados na realidade, constituindo, simultaneamente, um campo de exclusões e negações de possibilidades de ser, apagadas ou repreendidas no tecido literário, e recriando, no âmbito da literatura, os limites de reconhecimento da humanidade e das dinâmicas sociais de poder. Nos registros imagéticos e metafóricos da literatura escrita por homens, “é frequente a representação da imagem feminina sob um olhar essencialista e/ou misógino, revelando um uso autoritário do corpo feminino” (Vieira Júnior, 2022, p. 25), delimitado por uma terminologia estereotipante, representante da inferioridade e da alteridade, sendo as suas possibilidades de inscrição no literário frequentemente reduzidas a “maternal e delicada, como força do bem – o anjo do lar.” ou “potência do mal, quando sai da esfera privada ou ‘usurpa’ atividades que não lhe são culturalmente atribuídas” (Telles, 1992, p. 50).

No Brasil, isso fica particularmente claro a partir do Romantismo, o qual inclui em seu projeto estético a produção de uma literatura autêntica e autônoma, visto a proposta ideológica

burguesa de estruturação de uma identidade nacional após a Independência em 1822. A literatura foi, nesse período, amplamente utilizada em favor da organização da dimensão social, política e cultural do país por meio da direção da classe regente aristocrática, que procurava fazer dos seus ideais socioculturais os da nação inteira e, paralelamente, integrar o país à cultura ocidental adotando os seus valores e sistemas hegemônicos, incluindo o patriarcado. A idealização do imaginário nacional a ser compartilhado abrangeu a esfera linguística e, consequentemente, estabeleceu metáforas, narrativas, imagens e perspectivas literárias padronizadas e imbuídas de restrições éticas e morais que reduziram a performance feminina a uma de intangibilidade divina, com disposições sentimentais e tendências corporais regidas pela reificação de sua existência, tornada passiva e silenciosa em prol da predominância da atividade masculina, tanto no interior dos romances quanto em sua exterioridade, socializando, pela literatura, determinantes ideológicos e culturais. O Romantismo no Brasil foi essencial para a idealização das bases ideológicas e literárias do país, havendo, a partir dele, a definição de uma “natureza feminina” subordinada, que influenciaria as produções literárias seguintes, bem como as percepções sobre gênero a serem adotadas coletivamente pela nação.

No discurso literário do Ocidente, marcado pela historicidade das relações sociais e culturais patriarcais, a mulher foi, tal como no âmbito social, “domesticada e tornada ininteligível” (Butler, 2014, p. 39, tradução minha)<sup>5</sup>, sendo novamente inscrita nas margens e negada à autonomia e subjetividade por meio de estratégias de distribuição desigual de poder, limitando o seu acesso aos recursos linguísticos de produção e de publicação literária, como também pela criação limitante e repressora de suas vivências possíveis em meios prestigiados de linguagem, impedindo a sua auto-representação em domínios linguísticos valorizados e validando a sua subordinação no meio social, haja vista o fato de que a literatura é um conjunto significativo capaz de transformação civilizatória ao fixar, através do tempo, valores e ideais culturais. A convencionalidade e a repetição de imagens literárias parciais às suas possibilidades de agência, existência e consciência contribuíram para a aceitabilidade de sua posição marginal na arena social, uma vez que representações de gênero são capazes de moldar a percepção coletiva sobre áreas extensivas da existência humana, como o comportamento, a sexualidade e a emoção, estabelecendo, a partir do âmbito artístico, cânones, convenções e contratos sociais.

### **A literatura escrita por mulheres e a posição autoral das “margens”**

---

5 “domesticated and rendered unintelligible” (Butler, 2014, p.39)



A construção do masculino e do feminino no meio social de acordo com as diretrizes da estrutura reguladora de gênero preside as suas expressões nas ordens linguísticas, culturais e semióticas por meio de processos imaginativos e ideológicos de definição de identidades coletivas que, por sua vez, “normatiza[m] sujeitos através do ato que se propõe a descrevê-los, controlando, pela exclusão e pré-definição, comportamentos linguísticos e sociais em geral” (Pinto, 2002, p. 108). A canonização de categorias linguísticas, políticas e culturais nas práticas textuais configuram tentativas de regulamentação e hierarquização de espaços corporais, sociais e institucionais de acordo com delimitações hegemônicas de gênero, que compõem as condições de existência psicossociais e corporais dos indivíduos em relação ao mundo e à tradição das matrizes sociais que os antecedem. As heranças sociais, literárias e culturais ocidentais não se encontram apartadas das dinâmicas reguladoras de poder nas quais elas se desenvolvem e as quais demarcam, em suas práticas, “as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros” (Foucault, 1988, p. 30).

A localização limitada e inferior da mulher, apesar de restringir suas possibilidades de dizer a partir dos parâmetros masculinos, permite o desenvolvimento semiótico-material de um “conhecimento situado e corporificado” (Haraway, 2009, p. 22) que se configura como uma instância de resistência na dinamicidade da arena social. As margens podem também ser encaradas “como muito mais que um local de privação, [...] é também o local de possibilidade radical, um espaço de resistência” (hooks, 1989, p. 20, tradução minha)<sup>6</sup>, a partir do qual saberes, experiências e existências não contempladas pelo discurso patriarcal convencional podem se articular e se mobilizar de maneira contestatória. A consideração das margens como um local de “abertura radical” (hooks, 1989, p. 23, tradução minha)<sup>7</sup>, que promove um contraponto à “visão de cima” do opressor ao possibilitar a “junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva” (Haraway, 2009, p. 33) e a construção de uma perspectiva crítica quanto às dinâmicas de poder, apresenta-se, para os sujeitos marcados pela diferença, como uma estratégia de contestação da autoridade ocidental masculina, branca e heterossexual, e de reivindicação do acesso a direitos, espaços e subjetividades interditas.

A despeito de o feminino ser socialmente “produzido pelo deslocamento”, a sua posição política também pode ser realizada “como a possibilidade de um deslocamento-reverso”

---

<sup>6</sup> “as much more than a site of deprivation, [...] it is also the site of radical possibility, a space of resistance” (hooks, 1989, p.20)

<sup>7</sup> “radical openness” (hooks, 1989, p.23)

(Butler, 2014, p. 45, tradução minha)<sup>8</sup>, a partir do qual seria possível, por meio da reivindicação do direito à plenitude do aparelho linguístico e da sua consequente utilização em oposição ao discurso do opressor, “*desancorar o falocentrismo, o falocratismo*, para devolver o masculino à sua linguagem, dando espaço à possibilidade de uma outra linguagem” (Irigaray, 2017, p. 93, grifo da autora), deslocando as estratégias de submissão e repressão do “*sermo paterno*” (Telles, 1992, p. 47, grifo da autora) ao apontar o abuso do monopólio linguístico e prezar pela liberação linguística, social e psíquica daqueles que não estão contidos na totalidade que equivaleria ao masculino.

A linguagem, para além de instrumento e efeito de poder que restringe a consciência e a identidade autônomas, torna-se também mecanismo de resistência que projeta e reformula, de maneira material e simbólica, as designações e as desigualdades de gênero, bem como os padrões formais de construção social da realidade, refutando o ideal da palavra como prerrogativa masculina e re-elaborando os processos de textualização e contextualização das trajetórias textuais a partir de perspectivas diversas e geralmente desautorizadas, de modo a “citar” as leis de gênero “para produzi-la de maneira diferente, de ‘citar’ a lei a fim de reiterar e reorientar o seu poder, de expor a matriz heterossexual e deslocar o efeito de sua necessidade” (Butler, 2014, p. 15, tradução minha)<sup>9</sup>, configurando a linguagem como uma ação social que exerce força no mundo.

A literatura escrita por mulheres, assim, contesta o poder produtivo dos processos de produção, reprodução e consumo do discurso literário hegemônico, os seus padrões de distribuição desigual de recursos e as suas representações parciais e limitadas, constituindo uma das manifestações pelas quais “mulheres ativamente constroem estratégias linguísticas em resposta às concepções culturais e às relações desiguais de gênero que elas codificam” (Gal, 1989, p. 26, tradução minha)<sup>10</sup>. Dessa forma, identidades historicamente materializadas como objetos no discurso colocam-se, pelo processo da criação artística, na posição de sujeitos detentores de autonomia crítica e discursiva, inscrevendo-se nos espaços discursivos de suas ausências. Por meio da mobilização de recursos linguísticos prestigiados, há o questionamento e a reconfiguração das relações convencionais entre linguagem e a economia geral de símbolos e *status* na sociedade, resultando na negação pública da restrição ao masculino das ações de

8 “produced through displacement [...] as the possibility of a reverse-displacement” (BUTLER, 2014, p.45)

9 “to produce it differently, to “cite” the law in order to reiterate and coopt its power, to expose the heterosexual matrix and to displace the effect of its necessity” (BUTLER, 2014, p. 15)

10 “women actively construct linguistic strategies in response to these cultural conceptions and to the relations of gender inequality they encode” (GAL, 1989, p.26)

“definir, delimitar, circunscrever as propriedades de tudo e do todo” (Irigaray, 2017, p. 93), apontando modos de fortalecimento das demandas ao dizer e ao estar no mundo de forma não correspondente aos regulamentos prescritivos de gênero. Dessa maneira, a literatura escrita por mulheres, apesar de não estar inevitavelmente ligada a um conteúdo relativo aos femininos e aos feminismos, caracteriza-se, primordialmente, pela transgressão às estruturas culturais e discursivas canônicas, “que a autora está, quer queira quer não, contestando e desafiando” (Telles, 1992, p. 56).

A posição de marginalidade da mulher pode ser reconhecida, para além de um espaço de repressão, “marcador da condição de nossa dor e privação” (hooks, 1989, p. 21, tradução minha)<sup>11</sup>, um de resistência radical que sustenta e afirma as subjetividades, percepções, saberes e corporeidades pertencentes a esses posicionamentos diferenciais que, a partir da articulação do poder e do saber no discurso, expõe os limites e as insuficiências das diretrizes semióticas, materiais e linguísticas da centralidade do poder, angariando “grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos” (Haraway, 2009, p. 22). A escrita literária de autoria feminina exprime-se como um eixo ativo e relevante de produção e socialização de significados, registros, figuras e ficções emergentes de um campo de existências historicamente silenciadas e dispostas em posições reificadas, fazendo com que o rompimento dessas restrições por meio do exercício da prática textual valorizada provoque repercussões nos sistemas materiais e simbólicos de valores.

### **Considerações finais**

No interior das economias corporais, sociais e culturais falocêntricas ocidentais, a construção do gênero é delineada por meio de normas regulatórias e excludentes binárias, produtoras de demarcações e diferenciações entre as materialidades, ligadas, por relações causais, a modos de subjetivação condicionais de acordo com o gênero indicado, produzindo campos de inteligibilidade nos quais o feminino é posicionado na condição de “apenas poder experienciar-se fragmentariamente, nas bordas pouco estruturadas de uma ideologia dominante, como dejetos, ou excessos, de um espelho do qual se apossou o ‘sujeito’ (masculino) para nele se refletir, redobrar-se” (Irigaray, 2017, p. 40). Relações estruturais de poder são concebidas e mantidas continuamente por meio de ações e discursos que perpetuam a forma dos relacionamentos entre os sujeitos e das posições sociais alinhadas à ideologia dominante,

---

<sup>11</sup> “marking the condition of our pain and deprivation” (hooks, 1989, p.21)

garantindo, no dia a dia, a construção de uma realidade que estabelece papéis e condições de existência aparentemente naturais para os gêneros.

A consideração do campo linguístico-discursivo nessas dinâmicas de poder é imprescindível, visto que “A linguagem não reflete o lugar social de quem fala, mas faz parte desse lugar” (Pinto, 2002, p. 109), possibilitando tanto a manutenção do poder quanto a construção de enunciações contra-hegemônicas, capazes de questionar as estruturas e as práticas linguísticas padrões e de criar formas e espaços linguísticos que permitam, às vozes controladas, a recuperação de suas subjetividades, identidades e corporeidades, em um movimento de afirmação e fortalecimento do valor das enunciações e das perspectivas situadas nas margens.

Nesse sentido, o apoderamento da linguagem por mulheres, inclusive em registros prestigiados e públicos como a escrita literária, representa uma intervenção e uma refutação do discurso do “Patriarcado Capitalista Branco” (Haraway, 2009), capaz de ruptura transformadora ao romper com o silêncio historicamente imposto e denunciar as restrições implícitas e imperativas que compõem o código do dizível e do inteligível nas sociedades, certificando como “O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (Foucault, 1988, p. 96). O exercício da escrita literária por mulheres, por fim, promove novas possibilidades de vir a ser no mundo a partir do questionamento, da acusação e da transformação dos cânones representativos e das ordenações normativas de gênero, possibilitando a alteração dos espaços sociais por meio da representação diferencial e libertadora da mulher, de seus afetos e imaginários na esfera pública literária, tendo em vista a enunciação da mulher enquanto *sujeita* de uma humanidade plena e inteira.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: Fundamentos**. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FLLCH/USP, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. Bodies that matter. In: BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. New York: Routledge, 2014. p. 27-55.

GAL, Susan. Between speech and silence: The problematics of research on language and gender. **Papers in Pragmatics**, 3, no.1, 1989, p.1-38. DOI: 10.1075/iprapip.3.1.01gal.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p.7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 10 nov. 2023.

HOOKS, Bell. Choosing the margin as a space of radical openness. **The Journal of Cinema and Media**, 1989, No. 36 (1989), pp. 15-23. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44111660>. Acesso em: 10 nov. 2023.

IRIGARAY, Luce. **Este sexo que não é só um sexo: sexualidade e status social da mulher.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017.

VIEIRA JÚNIOR, Paulo Antônio. Da semente de Eros ao entroncamento da poesia de Yêda Schmaltz. In: VIEIRA JÚNIOR, Paulo Antônio. **Uma escrita sustentada pela paixão: a poesia erótica de Yêda Schmaltz.** Goiânia: Cegraf UFG, 2022. p. 19-131.

PINTO, Joana Plaza. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. **Revista Gênero**, Niterói, v.3, n.1, p.101-110, 2. sem. 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31046>. Acesso em: 10 nov. 2023.

POVINELLI, Elizabeth A. Pragmáticas íntimas: linguagem, subjetividade e gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril, 2016, p.205-237. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44345>.

SANTOS, Maria Irene Ramalhos de Sousa; AMARAL, Ana Luísa. Sobre a 'Escrita Feminina'. **Centro de Estudos Sociais: Oficina do CES.**, 90 (1997), abr-1997, p.1-41. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/10987>. Acesso em: 10 nov. 2023.

TELLES, Norma. Autor+a. In: JOBIM, José Luis (org.). **Palavras da crítica.** Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992. p. 45-63.

Recebido em 13/08/2024

Aprovado em 22/08/2024